

EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO SEGUNDO AS CONCEPÇÕES DE PHILIPPE ÀRIES

Ana Sandra Alves Freitas¹
Francisca Giorgia Oliveira Jereissati²
Maria Glaudenia da Silva Oliveira³
Priscila Veríssimo da Silva⁴
Valeska Silva Thé Praxedes⁵

RESUMO: Diante da sociedade moderno-contemporânea, o corpo adquire uma dimensão social e política, entendida como ator, matéria simbólica, objeto de representações. Como emissor ou receptor, o corpo produz sentido continuamente e desta forma o homem está ativamente inserido em um determinado espaço social e cultural. Dessa forma, quando se fala em criança, vem em mente um ser inocente que precisa de cuidado, proteção e amor. Um ser em desenvolvimento que necessita de um adulto para orientar e contribuir num crescimento saudável. Criança é a primeira fase biológica dos seres humana. Todas as pessoas foram crianças. Mas infância é uma etapa da vida que nem todas as crianças têm esse direito respeitado. Muda de acordo com a visão cultural, na qual ela está inserida. Este trabalho tem por Objetivo Geral, estabelecer uma discussão acerca da concepção de infância na história da educação. Através da pesquisa, buscar-se-á, dados para subsidiar estes conceitos, compreendendo de como era a infância e sua evolução no processo educativo. A leitura nos possibilita a voltar a história para uma certificação precisa de como era o passado, de como as crianças eram percebidas e influência da escola regular no desenvolvimento da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Educação. Infância.

thought
Revista Científica

¹ Mestranda em Ciências da Educação; Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela FA7; Graduada em pedagogia pela UFC, e-mail: anasandralves@hotmail.com.

² Mestranda em Ciências da Educação; Especialista em Gestão Escola, Supervisão e Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Tecnologia de Palmas - FTP; Graduação em Pedagogia pela UVA, e-mail: giorgiajereissati@yahoo.com.br.

³ Mestranda em Ciências da Educação, Pós-graduada em Psicopedagoga pela Universidade Federal do Ceará- UFC, Psicomotricista pela Universidade Estadual do Ceará- UECE, Neuropsicopedagoga pela Faculdade Kurios-FAK, docente na Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e-mail: glaudeniaoliveira16@gmail.com.

⁴ Mestranda em Ciências da Educação; Especialista em Tecnologias Digitais na Educação pela FA7; Graduada em Pedagogia pela UFC, e-mail: prisverissimo@yahoo.com.br

⁵ Mestranda em Ciências da Educação, Pós-graduada em Psicopedagoga pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Neuropsicopedagoga pela Faculdade Kurios-FAK, docente no Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Caucaia, e-mail: valeskathe@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A partir do século XX (século da infância), estudiosos começam a dar ênfase as crianças. No Brasil, fica estabelecida com a Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e com a Constituição de 1988, crianças precisam de lugar, tempo, espaço e cuidados diferenciados. Creches e pré-escolas, passam a ser reconhecidas como a primeira etapa da educação básica. Crianças passaram a ser vistas de uma forma significativa. O nascimento de um bebê era esperado pela família como um acontecimento extraordinário. Nascia um mercado voltado ao cuidado da criança, nos aspectos: biológicos, sociais, psicológico e educacional.

Começam a enxergar as crianças com sentimento, emoção e fragilidade. Mas nem sempre foi assim, séculos anteriores as crianças não eram valorizadas, considerada como um fardo no contexto familiar. Sem direito, voz ou vez. Não havia infância, a educação era voltada para os ensinamentos familiares.

Desse modo, esse estudo procurou subsidiar e direcionar o olhar para a concepção de infância. Mesmo com o amparo das leis, se percebe na sociedade situações de maus tratos, abandono e abuso sexual sofridas pelas crianças.

UM OLHAR PARA HISTÓRIA

Desde a antiguidade, o homem já fazia o uso da leitura, através dos desenhos pictóricos feito em cavernas, o homem já encontrava uma necessidade de ler visualmente os desenhos e compreender através dos olhos, como fazer seus registros, numa tentativa de memorizar os acontecimentos.

As pessoas que viviam nos séculos X e XI não mostraram interesse na imagem da criança, nem mesmo em relação com sua realidade. Isso sugere que na área cotidiana, da transposição estética, a infância, foi considerada como um tempo de transição que passou rápido e a partir do qual a memória foi perdida. Então, por volta do século XIII, vários tipos de crianças aparecem na consciência coletiva. Por sua vez, a evolução para uma representação artística mais realista e sentimental da infância, começara muito cedo na pintura. No entanto, os traços do realismo sentimental demoram a se espalhar para fora da iconografia de cunho religioso.

Costa e Mahl (2020), elucidam que, assim, foi somente no final do século XIII, que apareceram em meninos de arte caracterizados por uma expressão particular, mas sim como homens de tamanho reduzido. A esse respeito, seguindo as concepções de Àries, em sua obra *História Social da Criança e da Família*, escrito em 1981, os autores em suas pesquisas, observam que parece que a representação realista da criança ou a idealização da infância eram típicas da arte grega. Obviamente, a ideia de infância desaparece da iconografia junto com os outros temas helenísticos, e dessa forma as artes românicas voltaram a rejeitar os traços infantis específicos que já caracterizavam os tempos arcaicos (antes do helenismo).

Jácome (2018), revela que, Àries, em sua obra *História Social da Criança e da Família* de 1981, relata que, a sociedade medieval não demonstrava qualquer preocupação com as crianças, pois não podia esperar muito de um ser que poderia a qualquer momento deixar de existir, já que enfrentavam péssimas condições sanitárias, eram vítimas da mortalidade infantil em níveis alarmantes. Muitas morriam antes mesmo de ultrapassar a primeira infância. O índice de mortalidade era compatível ao de natalidade, logo não havia muita perda, pois as crianças mortas iriam sendo substituídas. A perda da criança era algo natural e que não necessitava ser sentida.

Diante disso, deve-se sempre estar atentos para o fato de que a maneira de se perceber a infância, vem mudando ao longo dos tempos. Um dos grandes historiadores, Philippe Àries fez uma das principais pesquisas com o tema, através do que ele chama de “*História das Mentalidades*”, ou seja, cenas do cotidiano que poderiam apontar detalhes sobre como a criança era vista ao longo do tempo.

Nas pesquisas de Jácome (2018), a autora relata que, para Àries, a duração da infância não era bem definida e o termo “infância” era empregado indiscriminadamente, sendo utilizado, inclusive, para se referir a jovens com dezoito anos ou mais de idade. Dessa forma, a infância tinha uma longa duração, e a criança acabava por assumir funções de responsabilidade, queimando etapas do seu desenvolvimento. Até a sua vestimenta era a cópia fiel da de um adulto. Essa situação começa a mudar, caracterizando um marco importante no despertar do sentimento de infância.

A princípio de forma tímida, e depois com frequência crescente, uma nova iconografia se constituiria, multiplicando assim as cenas infantis. Esta iconografia, que

geralmente remonta ao século XIV, coincide com uma abundância de histórias infantis em lendas e contos devocionais e é mantido até o século XVII.

Gebert (2019), esclarece em seus escritos, que, Àries, afirmou em sua obra escrita em 1981, já citada em linhas anteriores, que, durante os séculos XV e XVI, finalmente surgiu uma iconografia secular de uma iconografia de cunho religioso sobre a infância em que a criança se tornou um dos personagens mais frequentes: a criança na família, a criança e seus companheiros, geralmente adultos, crianças na multidão, etc.

Recorrendo à História da Arte, realça Gebert (2019), que na obra História social da infância e da família, escrita no ano de 1978, Àries, afirma que até aproximadamente o século XVII a arte medieval não conhecia a infância como tal, ou seja, naquela sociedade não havia espaço para isso.

As grandes mudanças sociais acontecidas no século XVII, cooperaram decisivamente para a constituição de uma compaixão em relação a infância. As mais relevantes foram as reformas religiosas católicas e protestantes, que transmitiram um novo olhar à respeito da criança e sua aprendizagem. Outra perspectiva respeitável foi a afetividade, que recebeu consideração no seio familiar.

Ressalta-se que, as primeiras iniciativas foram feitas pela Igreja Católica no final do século XVIII início do século XX. De acordo com Silva, Silva e Xavier (2019), as Casas de Santa Misericórdia, foram os primeiros espaços em que houve intuito de proteger as crianças desvalidas, através da roda dos expostos. Essa roda consistia em um cilindro onde as mães depositavam as crianças não desejadas. Uma vez a roda sendo usada, a criança era cuidada pelas casas. Esse Sistema se espalhou por todo mundo, inclusive, chegando ao Brasil.

Em outro momento, também se faz vista o fato que as crianças que morriam, ou eram abandonadas eram muito comuns. O próprio Estado, que vai nascer principalmente durante o século XIX, iria passar a se interessar em evitar que crianças e adolescentes fossem expostas nas ruas e assim diminuir os altos índices de mortalidade, o que Silva, Silva e Xavier (2019) acreditam, foi fundamental para uma preocupação assistencial com a infância no mundo.

A escola e os internatos, foram as primeiras iniciativas de cuidados relativos aos infantes no século XIX. É nesse momento que há uma virada no sentimento de infância, fazendo nascer uma maior preocupação quanto ao público.

Neste local não havia condições de higiene o que levava a um grande número de mortalidade infantil, porque visto que essas crianças eram cuidadas junto com os doentes nas Santas Casas de Misericórdia. Esse fator propiciava que a maioria não chegasse a vida adulta e as que alcançam uma idade mais avançada eram exploradas. Neste local havia uma forma de educação que podemos chamar de subalternização do trabalho infantil onde as crianças maiores e de maior idade eram exploradas. Com o crescente processo de expansão urbana e a Proclamação da República no século XIX, as mulheres, mães de família, tiveram que ajudar seus maridos na renda familiar trabalhando em indústrias, tendo a necessidade de deixar seus filhos em algum lugar (SILVA; SILVA; XAVIER, 2019, p. 13).

Somente nos séculos XIX e XX, surge no Brasil, uma preocupação com a infância e assim uma concepção de sujeito possuidor de direitos na sociedade. Essa visão de sujeito da história e da cultura criado pelo mundo globalizado, impôs à criança comportamentos homogêneos, como se todas fossem iguais, negando assim, a sua identidade como ser individual e social (SILVA; SILVA; XAVIER, 2019).

Acondicionado por políticas de criação populista, o assistencialismo, peculiar das instituições de educação infantil do princípio do Século XX, prosseguiu a ser notado na segunda metade do Século XX. A sugestão da criação de creches vinculadas às indústrias acontecia com frequência nos congressos que trataram a assistência à infância. Era uma norma protegida no quadro da necessidade de instituição de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente em relação ao trabalho feminino (SOARES, 2020).

Segundo Soares (2020), Àries em sua obra criada em 1981, afirma que a escola teve uma função no conceito de infância, porque muito tempo se passou até que surgisse como uma instituição exclusivamente para às crianças.

Soares (2020), enfatiza que Àries em seu livro História social da infância e da família, de 1978, adverte que, essa afetividade era confirmada, por intermédio da relevância que a educação adquiriu. A aprendizagem das crianças, que antes acontecia devido ao convívio das crianças com os adultos em suas atividades diárias, passou a acontecer na escola. O trabalho, com finalidade educativa, foi suprido pela escola, que passou a ser responsável pelo processo de construção. As crianças foram separadas dos adultos e conservadas em escolas, até ficarem aptas para viverem em sociedade.

Desse modo, neste histórico cenário, as crianças eram castigadas, devido ao procedimento empregado, pela austeridade escolar. Nessa época, havia um período para

se instruir na escola escolar e depois retornar ao seio familiar. Desse modo, a família tinha que admitir e cooperar com as normas implantadas pela sociedade.

Ademais, as elites brasileiras, influenciadas, em parte, pelas ideias da Escola Nova e, em parte, pela preocupação em fazer acontecer um projeto econômico e social para uma nação moderna, resolvem apostar na ideia do “jardim-de-infância” europeu. Assim, em 1896, foi criado o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo.

Devido a contestação política em vigor nesse período, onde se proferia que, o dinheiro público não deveria ser utilizado para financiar as instituições de caridade que atendiam às crianças pobres, em 1875 (Rio de Janeiro) e 1877 (São Paulo), iniciativas privadas instituíram os primeiros jardins-de-infância privados (KUHLMANN JR., 2001 *apud* SOARES, 2020).

A escolaridade agora é tratada como uma questão de criança, e é na escola que a criança deveria estar. Contudo, com o aparecimento da industrialização, a fábrica invalida o a função da escola na vida criança, pois tinha afazeres infantis na indústria têxtil.

RETRATO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XX

O século XX, foi marcado por uma série acontecimentos de ideias e desafios. Século de contradições, disputas ideológicas e guerras mundiais. Marcado pela disputa e contradição sócio políticos econômicos e sociais (capitalismo e socialismo) e o totalitarismo e democracia. Mas também um século que lutava por democracia e direitos: dos animais da ecologia, e principalmente da mulher e da criança (CONDE; COSTA, 2019).

Intenção e lutas, levaram a conquistas de muitos direitos entre eles que ocuparam destaque na sociedade. A escola nesse período era um aparelho Burguês, mantida pelo Estado Nacional, com características de um ensino tradicional rígido, tratavam seus alunos de forma autoritária, centrada na autoridade do mestre e o aluno sem numa possibilidade de expressar sem ser protagonista do processo educacional.

De acordo com Lima e Gatti Júnior (2019), em suas pesquisas, um autor que revolucionou o estudo sobre a educação nesse período foi Dewey, que traz em seu livro publicado em 1978, “Vida e Educação” um olhar sobre a escola e como a mesma trabalha

seus conteúdos, apenas jogam os assuntos sem contextualizar, divulgando da realidade ou interesse dos alunos.

No Brasil, Dewey inspirou o movimento da Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, onde defendiam a prática e a democracia na escola (LIMA; GATTI JÚNIOR, 2019; CONDE; COSTA, 2019).

Anísio Teixeira fez parte de uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade. Essa preocupação levou o, como outros educadores que lhe foram contemporâneos, a uma relação Contraditória com o Estado (NUNES, 2000 *apud* MUHLSTEDT; BRANCO, 2020, p. 4).

Na educação das crianças, é conveniente estabelecer uma grande variedade e diversidade de atividades, que levam em conta as necessidades e ritmos de aprendizagem dos mesmos. A intervenção educativa, deve ser planejada com clara intencionalidade para detectar e compensar as características de cada criança para alcançar o desenvolvimento ideal de todas elas.

Nesse sentido, os processos de ensino e aprendizagem nessa etapa, são articulados de maneiras diferentes, que respondem adequadamente a tratamento dos distintos conteúdos que compõem o currículo. Estas formas são organizadas, por um lado, através de atividades periódicas. Com o tempo, como jogo, rotinas, hábitos, música, corpo e movimento, atividades de linguagem e, de outro lado, em atividades que têm um certo tempo, como didáticas. As atividades didáticas são geralmente trabalhadas com a turma do grupo.

A primeira legislação brasileira abrangendo crianças e adolescentes, foi o Código de Menores, de 1927, no qual o Estado se responsabilizava, pela primeira vez, pela internação dos jovens, notadamente dos pobres, procurando educá-los no intuito de eliminar a conduta inadequada. Essa lei avaliava a criança e ao adolescente como menores, constituindo táticas de controle e de disciplina para as crianças e os adolescentes distorcidos (BORGES; SALLA, 2018).

Borges e Salla (2018), enfatizam que, no ano de 1970, diante da educação compensatória que norteava a Educação Infantil e procurava remediar as carências culturais, afetivas e cognitivas de crianças de classe popular, apareceram, numa escala crescente, a evasão escolar e a reprovação das crianças pobres no primeiro grau.

Com o objetivo de corrigir essas deficiências, foi criada a educação pré-escolar, educação que antecede o período escolar, conhecida também como educação compensatória, para crianças de quatro a seis anos de idade, com o objetivo de compensar as carências culturais, sociais e educacionais nas classes pobres, onde as famílias não tinham condições de proporcionar aos filhos uma boa educação, contribuindo, assim, para a repetição e futuramente o abandono escolar (OLIVEIRA, 2018; SILVA; ALBERTO, 2019).

Em sua tese, Oliveira (2018) ilustra que, a pré-escola que pretendia suprir carências dos alunos no período escolar, não existia formalmente e não contava com professores qualificados e nem remunerados dignamente para desenvolver um trabalho pedagógico que atendesse aos objetivos necessários. Os profissionais que constituíam as pré-escolas, eram em sua maioria, formada por voluntários, que desestimulados e desinformados pedagogicamente, desistiam do trabalho ou por mulheres que simplesmente gostavam e levavam jeito com as crianças.

A partir da Carta Internacional dos Direitos da Crianças de 1987, a qual coloca a criança como sujeito de direitos e à dignidade da pessoa, nesse momento a criança sai da concepção de página em branco e é retirada da periferia, das relações familiares e colocada no centro das atenções, como percebemos nas últimas décadas as famílias se preocupam mais com seus filhos, eles têm voz e suas vontades são atendidas, já não é mais como no passado, que adultos mandavam e crianças atendiam, caso contrário seriam castigadas fisicamente ou castigos como subtração de algo que ela gostasse muito (BRASIL/MEC, 2009 *apud* OLIVEIRA, 2018).

Ressaltam Silva e Alberto (2019), que é somente com a Constituição de 1988, que foi uma conquista dos movimentos sociais, na qual muitas reivindicações foram contempladas, porém ainda hoje, as leis da Constituição continuam longe de serem totalmente concretizadas, pois no nosso país uma grande população não tem acesso aos direitos básicos como moradia, alimentação, saúde e educação.

Diante disso, sabe-se que a infância passou por períodos muito perplexos para definir-se como importante etapa no ciclo natural da vida. Tais questões foram bem definidas na literatura com os estudos de Àries, entretanto, ficou evidente que os direitos da criança precisaram ter acontecimentos marcantes na história para mudar o cenário infantil como importante para a sociedade (MAIA FILHO; CHAVES; SEIXAS, 2019).

De certa forma, ainda existem questionamentos quanto à formação da infância na história da humanidade. Fica claro que a criança é um “ser” especial, que tem ideias, que precisa de cuidados, que tem direitos, que necessita de formação pedagógica e de acompanhamento em sua autonomia, tanto da família quanto da escola.

A INTERVENÇÃO EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O estágio da infância, varia do nascimento aos seis anos. Isso tem que favorecer o desenvolvimento e evolução das capacidades integrais da criança, tanto de natureza física, afetiva, social ou intelectual. A educação das crianças, bem como a imagem que é concedida a criança dessa idade tem adquirido uma identidade cada vez ao longo dos anos mais forte dentro do sistema educacional, é o primeiro contexto, depois da família e do contexto social, em que a criança se desdobra de maneira social, emocional, afetiva e intelectualmente. (BECKER; PICCININI, 2019).

Dada a importância que esta etapa educacional tem dentro do desenvolvimento pessoal, exige uma educação infantil de qualidade, onde os valores social e diversidade devem ser apresentadas desde tenra idade.

Nos escritos de Paiva, Araújo e Cruz (2019), uma pessoa pode adotar tanto a percepção de criança como tendo natureza boa como optar pela outra, vendo-a como possuindo uma natureza má e assim perceber qualquer criança, numa dessas duas perspectivas. Dificilmente encontra-se uma posição em estado totalmente puro, quer dizer, só de um tipo.

Soares (2020) ressalta que, deve-se sempre estar atentos para o fato de que a maneira de se perceber a infância, vem mudando ao longo dos tempos. Através de pesquisas de vários estudiosos, das pinturas, dos objetos, da literatura, pode-se ter acesso à forma como a criança era tratada em diferentes épocas e lugares.

Mesmo numa época, como hoje, existem maneiras bem diferentes de ver a criança, também influenciadas pelas condições econômicas e sociais. Como a criança vive a sua infância num determinado tempo e lugar, imersa num certo grupo social, do qual faz parte, recebe as suas influências. Ela vai conviver com a sua família, parentes, colegas e professores e nessa convivência, terá múltiplas experiências, que lhe ensinarão

o que é adequado e inadequado, o que é apreciado e o que é rejeitado, formará hábitos e desenvolverá habilidades específicas (SOARES, 2020).

Desse modo, o atendimento à criança pequena em instituições de educação infantil faz parte de uma série de iniciativas em relação à infância e à família que dependem de mudanças que estão acontecendo há muitos anos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A acolhida à criança pequena em instituições de Educação Infantil, faz parte de uma série de iniciativas em relação à infância e à família que dependem de mudanças que estão acontecendo desde o início do século. Muitas conquistas já ocorreram, mas ainda é necessário acompanhar e evoluirmos a forma como compreendemos a infância e a criança. Na evolução da educação desde a antiguidade até os dias atuais, percebe-se uma série de mudanças: cultural, social, política, religiosa, e econômica e principalmente familiar.

Não se pode falar de criança, infância sem comentar sobre a importância da família. Cada século a família muda de conceito: surgimento de novas leis, mudanças de valores e comportamentos, emancipação política, e avanços tecnológicos. As mulheres se tornaram mães mais tarde e estão no mundo do trabalho, características que refletem nas crianças e na sua concepção como um todo.

Na ausência da família, diariamente, as crianças ficam mais tempo em casa, grande maioria das vezes em frente ao celular, tablete ou televisão, tornando a infância empobrecida de vivência com as outras crianças. E assim, aumenta a responsabilidade da escola de garantir direitos as crianças que nas grandes maiorias das vezes a família não contempla.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Scheila Machado da Silveira; PICCININI, Cesar Augusto. Impacto da Creche para a Interação Mãe-Criança e para o Desenvolvimento Infantil. *Psic.: Teor. e Pesq.* 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100402&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 out 2020.
- BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. **A gestão da menoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo (1930-1940):** encruzilhada de saberes. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2018.v27n2/326-337/>. Acesso em: 02 out 2020.
- CONDE, Soraya Franzoni; COSTA, Maicon Jackson. **Contribuições da pedagogia socialista para a educação da infância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem**

- Terra. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e54987>. Acesso em: 02 out 2020.
- COSTA, Lidiane Natalicia. MAHL, Marcelo Lapuente. **O sentimento de infância na perspectiva de Philippe Ariès**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 03, Vol. 08, pp. 31-36. Março de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/sentimento-de-infancia>. Acesso em 01 out 2020.
- GEBERT, Angélica Baumgarten. **DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: Uma primeira infância possível**. 2018. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/h/article/view/2183/1817>. Acesso em: 01 out 2020.
- JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e infância: uma construção histórica**. 2018. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7139uc_Monografia_2018.pdf. Acesso em: 01 out 2020.
- MAIA FILHO, Osterne Nonato; CHAVES, Hamilton Viana e SEIXAS, Pablo de Sousa. Por uma educação para a autonomia de sujeitos situados no mundo. *Psicol. educ.* 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752018000100009&lng=pt&nrm=iso.
- MUHLSTEDT, Alexandro; BRANCO, Veronica. **O trabalho do professor no contexto da educação integral: algumas reflexões sobre a docência e o trabalho pedagógico na escola**. 2020. Disponível em: http://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/fileo/2020-f. Acesso em: 30 set 2020.
- OLIVEIRA, Suélen Cristiane Marcos de. **O processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância**. 2018. Disponível em: Acesso em: 30 set 2020.
- PAIVA, Ana Carine dos Santos de Sousa; ARAUJO, Janice Débora de Alencar Batista e CRUZ, Silvia Helena Vieira. O desenvolvimento da atividade: roda de conversa em turmas de Educação Infantil. *Invest. Práticas*. 2019. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=2-iso. Acesso em: 02 out 2020.
- SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicol. cienc. prof.* 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9n&nrm=iso. Acesso em: 30 set 2020.
- SILVA, Bruna Cristina Azevedo da; SILVA, Diego Sales da; XAVIER, Kellen Batista. **O lúdico na educação infantil: contribuições para o desenvolvimento integral da criança**. 2019. Disponível em: https://facunicamps.edu.br/repositorio/65_O%20L%C3%9ADICO%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIA.pdf. Acesso em: 01 out 2020.
- SOARES, Ademilson de Sousa. **Criança, infância e educação infantil: pressupostos das pesquisas**. *Educ. rev.* 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100122&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set 2020.